continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

Carteira de Recebíveis	Saldo inicial	Pagamentos	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo final
Curto Prazo	–	34.331.672	(20.670.171)	4.225.538	9.830.860	27.717.899
Longo Prazo	–	44.492.942	–	6.996.634	(9.830.860)	41.658.716
Total da Carteira	**–**	**78.824.614**	**- 20.670.171**	**11.222.172**	**–**	**69.376.615**

7. Impostos e Contribuições a Recuperar: Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2021, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a Restituir	32.191.057	–
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	1.840.230	3.479.682
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	18.930.047	41.795.814
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	10.701.943	9.956.281
Outros Valores a Recuperar	287.179	4.705
Total	**63.950.456**	**55.236.482**

Em 28 de dezembro de 2021 foram protocolados junto à Receita Federal do Brasil pedidos de restituição de tributos correspondentes à integralidade das estimativas de IRPJ e CSLL não compensadas relativas aos exercícios de 2019 e 2020. O valor total atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 32.191.057.

8. Depositos Judiciais e Provisão para Contingências: A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

Descrição	Valor - R$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	**2.512.313**
Atualização monetária	90.946
Saldo Atualizado em 31/12/2021	**2.603.259**

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados. Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e Cofins, razão pela qual foi constituída a referida provisão à conta de Provisão para Contingências Fiscais no valor total atualizado de R$ 341.200.

9. Garantias Prestadas: Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas:

9.1. Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já constituídas: Existem em 31 de dezembro de 2021 dois fundos de investimento vinculados a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo, os quais apresentaram a seguinte movimentação:

Movimentação das aplicações financeiras dadas em garantia aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo (R$ Unidade)

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP	Ref.	Saldo inicial em 01/01/2021	Novas garantias empenhadas/ (liberadas)	Rendimento líquido	IR fonte	Saldo final em 31/12/2021
Fundo CPP Linha 4:						
PPP Linha 4	**9.1.1**	**706.284.701**	**(640.042.306)**	**2.102.427**	**–**	**68.344.822**
fundo CPP Projetos:						
PPP da FURP	**9.1.2**	**46.282.936**	**–**	2.011.004	(263.290)	48.030.650
PPP Linha 6	**9.1.3**	**363.682.563**	**–**	15.802.096	(2.068.885)	377.415.774
PPP Habitação Lote 1	**9.1.4**	**35.570.609**	6.156.288	1.762.090	(237.095)	43.251.892
Contrato Hospital São José dos Campos	**9.1.5**	**31.396.534**	2.390.861	1.454.312	(192.132)	35.049.575
Contrato Hospital Sorocaba	**9.1.6**	**38.371.050**	2.921.347	1.778.006	(234.813)	42.835.590
Contrato Hospital Pérola Byington	**9.1.7**	**42.020.230**	–	1.825.789	(239.041)	43.606.978
PPP da RMBS - ônibus + VLT	**9.1.8**	**19.023.861**	**–**	826.593	(108.221)	19.742.233
		576.347.783	**11.468.496**	**25.459.890**	**(3.343.477)**	**609.932.692**
total de recursos vinculados		**1.282.632.484**	**(628.573.810)**	**27.562.317**	**(3.343.477)**	**678.277.514**
			Garantias		**IR fonte**	**Soma**
Efeitos financeiros nas contas da Companhia			**628.573.810**		**3.343.477**	**631.917.287**

(**9.1.1**) O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP - Linha 4 - Renda Fixa - cujas quotas são de titularidade única e exclusiva da CPP - e foi constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006, decorrendo da assinatura de contrato de penhor em 22 de dezembro de 2006. Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso de diferentes eventos relacionados à implementação do empreendimento, e no pagamento da contraprestação pecuniária. Estima-se que o valor do fundo - com movimentação contábil representada na linha **9.1.1** do quadro acima - deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. Nesse sentido em 23 de março de 2021 foi firmado o Termo Aditivo nº 07 ao respectivo Contrato de Concessão, resultando no desbloqueio de 122.911.215 quotas dadas em garantia, equivalente à transferência para o caixa da Companhia no valor total de R$ 640.042.306, em maio de 2021. O segundo fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos, foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R$ 609.932.692 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 576.347.783 na data de 31 de dezembro de 2020), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: (**9.1.2**) Para garantir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal, previstas no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interveniente Garantidora, da CPP, por meio do qual foi formalizado o Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a **FURP**, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A., estima-se que o valor do fundo, com sua movimentação apresentada no item **9.1.2** do quadro acima, deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. (**9.1.3**) A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos - apresentadas atualizadas no item **9.1.3** do quadro acima, contendo sua movimentação no primeiro semestre - a fim de garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo. Todavia, em 12 de dezembro de 2018 foi declarada a caducidade da respectiva parceria público-privada com a Concessionária Move São Paulo S.A. por meio do Decreto 63.915, cujos efeitos, após prorrogações de prazo, se iniciariam 06 de outubro de 2020. Em 06 de julho de 2020, mediante aditivo contratual, a concessão foi transferida para Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223. (**9.1.4**) A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentada atualizada no item **9.1.4** do quadro acima, contendo sua movimentação no exercício. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015. (**9.1.5, 9.1.6** e **9.1.7**) A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) - decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM (Pérola Byington), em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - foi constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016 e em março de 2020, para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal (vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado) por cada contrato de concessão, identificada no quadro acima nos itens **9.1.5**, **9.1.6 e 9.1.7**, julgadas suficientes para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas datas em que possam ser exigidas. (**9.1.8**) A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista,** que decorreu do contrato concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE - foi constituída inicialmente em junho de 2016 para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, apresentando seus saldos e movimentações no item **9.1.8** do quadro acima. **9.2. Garantias Constituídas Sob Outras Modalidades: CTRENS:** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R$ 108,5 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 9.1 supra:** A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 9.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **FURP:** Até 3 (três) contraprestações básicas mensais, totalizadas em, aproximadamente, R$ 23,8 milhões. **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais, totalizadas em, aproximadamente, R$ 124,8 milhões.

10. Investimentos - Participação Societária: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Qtd. de ações	Tipo de ações	31/12/2021	31/12/2020
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	21.538	20.840
CPSEC	1.000	Ordinárias	121.700	121.700
Total de Investimentos			143.238	142.540

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas, tendo ocorrido aumento de capital de R$ 698 mediante capitalização de lucros no caso do investimento feito junto à Desenvolve SP.

11. Juros Sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 88.434.116, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**90.660.275**
Obrigações constituídas no período	88.434.116
Pagamentos efetuados no período (deliberado AGOE 28/04/2021)	(90.660.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**88.434.116**

12. Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre folha de pagamento	130.943	150.438
PIS a recolher	91.047	103.474
COFINS a recolher	560.264	632.360
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	78	–
Total	**782.332**	**886.272**

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

13. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.439.412.179,61, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.439.412.179 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de 1.439.412.161 ações ordinárias nominativas, e a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, com 18 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, ocorrida no dia 1º de outubro de 2021, deliberou pela sua dissolução e início do processo de liquidação da Companhia. Dessa forma, caso a Cosesp seja extinta, a Companhia passará a ter seu capital social integralmente detido pelo atual acionista controlador: Estado de São Paulo, tornando-se uma sociedade unipessoal. **b) Reserva Legal:** Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76. **c) Reserva de Lucros:** São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias. **d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM nº 683/2012, sempre mantendo à disposição dos acionistas o saldo restante, como uma obrigação presente, o qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

14. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	87.191.400	91.144.655
Outras receitas financeiras	2.125.122	1.434.607
Total de receitas financeiras	**89.316.522**	**92.579.262**
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	2.901	25.213
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	**2.901**	**25.213**
Perdas em aplicações financeiras (marcação a mercado)	(9.139.657)	(20.362.144)
Outras despesas financeiras	(8.314)	(142)
Total de despesas financeiras	**(9.147.971)**	**(20.362.286)**
Resultado financeiro líquido	**80.171.452**	**72.242.189**

As perdas em aplicações financeiras contabilizadas decorrem de marcação a mercado dos títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social: A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2021:

Demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração	31/12/2021 Resultados	IRPJ	CSLL	31/12/2020 Resultados	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	71.105.789	–	–	63.494.789	–	–
Despesa com Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	(90.660.275)	–	–
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado	71.105.789	–	–	(27.165.486)	–	–
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Diferenças temporárias dedutíveis						
Adições definitivas indedutíveis	1.072.288	–	–	579.724	–	–
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.072.288	–	–	579.724	–	–
Exclusões não tributáveis	(88.758.335)	–	–	–	–	–
(–) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(88.758.335)	–	–	–	–	–
Subtotal	(16.580.258)	–	–	(26.585.762)	–	–
(–) Compensação de Prejuízo Fiscal	–	–	–	–	–	–
Base de cálculo - resultado fiscal	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223	(26.585.762)	6.646.440	2.392.718
Subtotais apuração tributária	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223	(26.585.762)	6.646.440	2.392.718
(–) Deduções do imposto de renda devido						
Totais de apuração tributária	**–**	**4.145.065**	**1.492.223**	**–**	**6.646.440**	**2.392.718**

O prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL representam ativos fiscais cuja geração foi provocada, fundamentalmente, pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC e pela manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar superior ao da SELIC. Em relação aos tributos diferidos ativos, foram apurados no exercício o total de R$ 5.637.288 em 31 de dezembro de 2021 (soma de R$ 4.145.065 - IRPJ e R$ 1.492.223 - CSLL) e R$ 9.039.158 em 31 de dezembro de 2020 (soma de R$ 6.646.440 - IRPJ e R$ 2.392.718 - CSLL). O total no ativo diferido em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 14.676.446 (em 31 de dezembro de 2020 o total do ativo diferido é de R$ 9.039.158), o qual a Companhia espera realizá-los nos próximos 5 (cinco) anos, baseada na expectativa de recuperação do mercado financeiro, bem como em adoção de alternativas para maximizar os rendimentos financeiros, razão pela qual manteve sua classificação em curto prazo.

16. Honorários de Administradores e Salários: Pessoal-chave da administração: Do montante de R$ 4.096.570 (R$ 3.737.500 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos totais de honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal-chave da administração da companhia, em 31 de dezembro de 2021, corresponderam aos seguintes valores:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Honorários de diretoria	881.229	843.566
Bônus premio eventual - diretoria	366.386	260.712
Honorários de conselho de administração	427.816	427.816
Encargos sociais proporcionais	434.895	394.761
Total	**2.110.326**	**1.926.855**

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC nº 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6.404/76. Demais despesas: Além dos gastos com salários e respectivos encargos, integram o total de R$ 4.096.570 despesas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao: Trimestre atual Out-21	Nov-21	Dez-21	Saldo em 31/12/2021
Segurança e medicina do trabalho	3.460	3.465	45	–	45	3.555
Assistência médica	219.108	200.469	24.030	23.528	23.905	271.932
Vale-refeição	54.835	43.645	4.915	8.105	5.841	62.506
Totais	**277.403**	**247.579**	**28.990**	**31.633**	**29.791**	**337.993**

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Ticket Serviços S.A.

17. Serviços de Terceiros e Publicação Legal: Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados à Publicação Legal:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao: Trimestre atual Out-21	Nov-21	Dez-21	Saldo em 31/12/2021
Publicação de matérias legais (DOESP)	84.201	76.921	–	2.535	9.030	88.486
Preparação e publicação de matérias legais (outros)	10.112	13.655	1.290	–	–	14.945
Total de publicação legal	**94.313**	**90.576**	**1.290**	**2.535**	**9.030**	**103.431**

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP (atual denominação de Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. - IMESP) e Luz Publicidade SP Sul Ltda.

Relacionados aos Serviços de Terceiros:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao: trimestre atual Out-21	Nov-21	Dez-21	Saldo em 31/12/2021
Assessoria juridica	14.000	50.000	–	–	–	50.000
Escrituração contábil e fiscal	240.000	180.000	–	40.000	20.000	240.000
Auditoria independente	55.921	5.130	–	–	5.130	10.260
Seguro de responsabilidade civil D&O	150.000	112.500	12.500	12.500	12.500	150.000
Agente de garantias	146.811	107.460	12.202	12.202	12.201	144.065
Total de serviços de terceiros	**606.732**	**455.090**	**24.702**	**64.702**	**49.831**	**594.325**

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante 2021 foram respectivamente: Assessoria Jurídica (Vella, Pugliesi Buosi e Guidoni Advogados); Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Auditoria Independente (Taticca Auditores Independentes S.S); Agente de garantias (Banco do Brasil S.A.); Seguro de responsabilidade civil D&O (Berkley International do Brasil Seguros S.A.).

18. Despesas Tributárias: As despesas tributárias referem-se principalmente a PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
PIS sobre receita financeira	580.920	602.182
COFINS sobre receita financeira	3.574.821	3.705.092
Outras despesas tributárias	5.252	–
Total	**4.160.993**	**4.307.274**

19. Gerenciamento de Riscos: A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (53%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros. Riscos de crédito e de mercado: Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A., instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais no caso dos fundos de investimento financeiro. Podem, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador. Além dos rendimentos auferidos a partir de fundos de investimentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 a Companhia aufere receita financeira decorrente da aquisição junto à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo de recebíveis oriundos de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, com risco de inadimplência bastante mitigado em função da existência de cláusula contratual de garantia, a qual possibilita a execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo.

20. Eventos Subsequentes: Não houve outros eventos subsequentes significativos além do divulgado na Nota Explicativa 5.1, até a data da autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa - Presidente
Tomás Bruginski de Paula
Patricia Ellen da Silva
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

DIRETORIA

Tomás Bruginski de Paula - Diretor Presidente
João Carlos Gonçalves da Silva - Diretor Econômico-Financeiro
Diego Jacome Valois Tafur - Diretor de Assuntos Corporativos

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC 1SP215876/O-8/SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas e Proposta de Destinação do Lucro Líquido, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2022, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes TATICCA Auditores Independentes S.S., datado de 14 de março de 2022, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 25 de março de 2022

Rubens Emil Cury **Célia Camargo Leão Edelmuth** **Gabriela Miniussi Engler Pinto Portugal Ribeiro** **Cleber de Oliveira Mata** **Pedro Henrique Giocondo Guerra**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Acionistas da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP -** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, ("Companhia" ou "CPP"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e